das Finanças, de 30 de Junho de 1913, e da lei n.º 373, de 2 de Setembro de 1915:

Hei por bom decretar o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 70.154\$07, representativa da receita cobrada pertencente ao Fundo Nacional de Assistência no ano económico de 1915-1916, e ainda não entregue pelo Estado.

Art. 2.º A referida quantia será adicionada à dotação destinada àquele Fundo no capítulo 5.º, artigo 26.º, do orçamento do Ministério do Interior para o ano económico de 1915-1916.

§ único. É autorizada a Direcção Geral da Contabilidade Pública a rectificar a liquidação, e, consequentemente, a autorização do citado ano económico.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 23 de Julho de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Afonso Costa—Artur R. de Almeida Ribeiro—Alexandre Braga—José Mendes Ribeiro Norton de Matos—José António Arantes Pedroso—Augusto Luís Vieira Soares—Herculano Jorge Galhardo—Ernesto Jardim de Vilhena—José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães—Eduardo Alberto Lima Basto.*

Visado.—Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, 17 de Julho de 1917.—*Mariano Martins.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

DECRETO N.º 3:250

Sendo da maior vantagem para o serviço de torpedos que as oficinas na Escola Prática de Torpedos e Electricidade possam realizar, tanto quanto possível, as reparações de que as mesmas careçam;

Havendo na mesma Escola um torneiro mecânico, um ferreiro e um caldeireiro, e sendo por vezes necessário e urgente o fabrico de peças novas, algumas das quais exigem fundição e moldes novos, torna-se necessário dotar a mesma Escola com um fundidor e um carpinteiro de moldes, pelo que, usando da autorização que me confere a lei n.º 491, de 12 de Março de 1916;

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha; e ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O pessoal da Escola Prática de Torpedos e Electricidade é aumentado de dois artífices, um carpinteiro de moldes e um fundidor.

§ 1.º O carpinteiro de moldes fica adido ao quadro dos artífices carpinteiros do corpo de marinheiros da armada.

§ 2.º O fundidor fica adido ao quadro dos artífices serralheiros do corpo de marinheiros da armada.

§ 3.º Aos dois artífices será aplicado o § único do artigo 9.º do decreto n.º 2:456, de 19 de Junho de 1916, e gozarão dos vencimentos e regalias estabelecidos pelo mesmo decreto.

Art. 2.º O alistamento, no corpo de marinheiros da armada, dos dois artífices a que se refere o artigo 1.º far-se há, respectivamente, no posto de segundo sargento artífice carpinteiro, e segundo sargento artífice serralheiro, sendo a admissão feita por concurso, aberto pelo comando do corpo de marinheiros da armada, entre ope-

rários do Arsenal de Marinha que satisfaçam às seguintes condições:

1.ª Ser português;

2.ª Saber ler, escrever e contar;

3.ª Ter mais de 18 e menos de 32 anos de idade;

4.ª Ter bom comportamento;

5.ª Ter boa disposição física para o serviço naval, o que será verificado por uma junta de médicos navais;

6.ª Provar, em exame feito no Arsenal de Marinha, que tem a competência profissional necessária para a classe de artífices em que se pretende alistar no corpo de marinheiros.

§ 1.º Os alistados serão obrigados a servir quatro anos no efectivo da armada, a contar da data em que passarem a ser segundos sargentos artífices, seja qual for o tempo de serviço militar que já tenham prestado, caso não tenham de servir no efectivo mais tempo pelas condições do seu alistamento.

§ 2.º Os concorrentes sujeitos ao serviço militar no exército só serão alistados depois de concedida autorização necessária pelo Ministério da Guerra.

§ 3.º São excluídos do concurso os indivíduos isentos do serviço militar.

§ 4.º O programa para o concurso será publicado oportunamente por meio de portaria.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 23 de Julho de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Afonso Costa—Artur R. de Almeida Ribeiro—Alexandre Braga—José Mendes Ribeiro Norton de Matos—José António Arantes Pedroso—Augusto Luís Vieira Soares—Herculano Jorge Galhardo—Ernesto Jardim de Vilhena—José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães—Eduardo Alberto Lima Basto.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Direcção Geral de Previdência Social

1.ª Repartição

PORTARIA N.º 1:029

Tendo o Montepio Filarmónico (associação de socorros mútuos), com sede em Lisboa e com os estatutos em vigor aprovados pelo alvará de 3 de Abril de 1896, pedido autorização para receber uma doação de quarenta e oito títulos de obrigações do empréstimo do Governo Português de 4 por cento de 1888, do valor nominal de 22\$50 cada título, e em dinheiro a quantia de 25\$78(5), feita por Michel Angelo Lambertini, nos termos da escritura pública de 23 de Dezembro de 1915, lavrada no cartório do notário, substituto, da comarca de Lisboa, Mário Rodrigues;

Dizendo o decreto de 2 de Outubro de 1896, no n.º 4.º do artigo 13.º, que as associações de socorros mútuos podem receber, com prévia autorização do Governo, legados e heranças a beneficio de inventário:

Concede o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, autorização ao Montepio Filarmónico para receber, a beneficio de inventário, quarenta e oito títulos de obrigação do empréstimo do Governo Português de 4 por cento de 1888, do valor nominal de 22\$50 cada título, e em dinheiro a quantia de 25\$78(5), doado à mesma Associação por Michel Angelo Lambertini, nos termos da mencionada escritura, sendo observadas as suas cláusulas.

Paços do Governo da República, 23 de Julho de 1917.—Pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, o Sub-Secretário de Estado, *Ernesto Júlio Navarro.*